

ISSN 1984-5588

Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Textos Para Discussão FEE

Texto n.º 141

**Trabalho livre para além do assalariamento:
campesinato negro no pós-Abolição,
nem cativos, nem operários**

Rodrigo de Azevedo Weimer

Porto Alegre, dezembro de 2015



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretário: Cristiano Tatsch



**Fundação de
Economia e
Estatística**

DIRETORIA

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes

Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari

Diretora Administrativa: Nóra Angela G. Kraemer

CENTROS

Estudos Econômicos e Sociais: Renato Antonio Dal Maso

Pesquisa de Emprego e Desemprego: Rafael Bassegio Caumo

Informações Estatísticas: Juarez Meneghetti

Informática: Valter Helmuth Goldberg Junior

Informação e Comunicação: Susana Kerschner

Recursos: Graziela Brandini de Castro

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, ou de interesse da instituição, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. Todas as contribuições recebidas passam, necessariamente, por avaliação de admissibilidade e por análise por pares. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<http://www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao>

Trabalho livre para além do assalariamento: campesinato negro no pós-Abolição, nem cativos, nem operários*

Rodrigo de Azevedo Weimer

Analista pesquisador na Fundação de Economia e Estatística,
Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo

O objetivo deste texto de discussão é problematizar as formas como a historiografia, a partir da primeira década de 2000, tem discutido as intersecções entre os trabalhos livre e escravo. Reconhece-se a abertura dada pela bibliografia sobre o movimento operário à questão da escravidão e sua preocupação com os ex-cativos e descendentes na constituição do proletariado nacional. Essa abordagem, todavia, ignora as contribuições da bibliografia pertinente ao período posterior à Abolição, que aponta que as expectativas de liberdade concernentes, especificamente, aos antigos escravos sítos no meio rural eram o trabalho para si e o estabelecimento de glebas camponesas. Critica-se aqui a redução da noção de trabalho livre ao assalariamento. A partir do exemplo da comunidade negra do Morro Alto, procura-se entender a formação de um campesinato negro, majoritário em termos de experiências negras no Rio Grande do Sul, que extrapola a dicotomia salário/escravidão.

Palavras-chave

Escravidão; operariado; campesinato negro.

Abstract

This discussion text aims at problematizing the way how historiography has debated, since the early 2000s, the intersections between free and slave labor. We recognize the space that the bibliography on labor movements gives to slavery and the (former) captives and their descendants in the construction of the national proletariat. That kind of approach, however, ignores the contributions of the bibliography on the period after the abolition of slavery, which points out that the expectations of the former rural slaves were related to self-employment and the establishment of rural plots. We criticize here the reduction of the notion of free labor to the payment of wages. Based on the example of the rural black community of Morro Alto, we try to understand the constitution of black peasantry, more numerous in terms of black experiences in the State of Rio Grande do Sul, which exceeds the dichotomy between paid and slave labor.

Keywords

Slavery, labor class, black peasantry.

Classificação JEL: J43

* Os nomes dos entrevistados foram mantidos no caso de pessoas falecidas ou em que há autorização escrita para citá-los nominalmente. Nas demais situações, empregaram-se nomes fictícios. As entrevistas em que os nomes dos entrevistadores não estão citados foram realizadas pelo autor.

Introdução: escravos, operários e pobres rurais nas teias da história social

Os estudos sobre o movimento operário têm ensaiado aproximações entre as pesquisas sobre a escravidão e sobre o pós-Abolição¹. A comunidade negra passa a ser considerada importante para a compreensão da trajetória dos trabalhadores brasileiros e a ser valorizada pelos historiadores do movimento operário. Assim, campos historiográficos distintos têm buscado intersecções. Uma convergência está no fato de que ambos se beneficiaram, a partir da década de 80 do século passado, dos aportes da história social, ao reconhecer o poder da ação subjetiva e de valores culturais ou identitários específicos de sujeitos históricos operários, escravizados ou ex-escravos (CHALHOUB E SILVA, 2009). Em ambos os casos, a história tem rejeitado as perspectivas que reduzem trabalhadores, livres ou não, a uma situação de passividade. Nesse texto, problematizamos, por meio de uma discussão historiográfica pontuada por exemplos empíricos, a relação entre escravidão e história do movimento operário, ao mesmo tempo em que constatamos e discutimos a ausência do campesinato negro nesse debate.

Rompido o “muro de Berlim” que distanciava ambos os campos de investigação histórica, descarta-se também a ideia de Louis Couty (apud CHALHOUB E SILVA, 2009, p. 15) segundo a qual o Brasil “[...] não teria povo”, no sentido de que ele tudo receberia “bestializado”.² Durante os anos 80 do século passado, sob o afluxo da obra de E. P. Thompson, sujeitos históricos atuantes na defesa de seus interesses e projetos sociais ganharam as páginas da bibliografia histórica concernente à escravidão ou à autoconstituição do proletariado e, um pouco mais tarde, entre a bibliografia sobre o pós-Abolição, também como sujeitos sociais emergentes da escravatura. Nesse sentido, chega a ser de estranhar que, apenas na primeira década de 2000, as diferentes perspectivas desses campos de estudo tenham sido colocadas em diálogo.

Algumas vezes, porém, essa combinação se deu, principalmente em função das agendas de pesquisa dos estudiosos do movimento operário. Buscou-se, no escravo, sobretudo, um sujeito vinculado à formação da classe operária brasileira, em termos thompsonianos (BADARÓ MATTOS, 2009). O historiador inglês esteve em busca da formação do proletariado como sujeito de sua própria constituição histórica — seu *making*, o *fazer-se por si* (THOMPSON, 1987). Nesse sentido, os estudiosos dos trabalhadores passaram, no caso brasileiro, a trazer a indagação acerca de qual foi a contribuição dos escravos à formação do proletariado nacional.

Essa perspectiva revelou-se fértil, ensejando estudos inovadores e que trouxeram uma releitura da formação do operariado brasileiro. Marcelo Mac Cord, por exemplo, destacou as interfaces entre os trabalhos artesanal e escravo, durante o século XIX, sublinhando ainda a concomitância entre os “mundos do trabalho” de forros e cativos, mesmo que os primeiros fizessem questão de demarcar as fronteiras que os separavam dos segundos (MAC CORD, 2012). As relações e fronteiras entre os trabalhos livre e escravo encontram-se problematizadas e discutidas. No prefácio de seu livro, Sílvia Lara (apud MAC CORD, 2012,

¹ A noção de pós-Abolição pode contemplar tanto um período histórico, o lapso temporal entre 13 de maio de 1888 e o tempo presente, quanto um projeto investigativo — que dá sentido àquela periodização — em que se analisam destinos, itinerários e protagonismos de (ex) escravos, forros, negros em geral e seus descendentes.

² Trata-se de referência à obra de José Murilo de Carvalho (1987).

p. 23) destaca o crescimento dos estudos a respeito do trabalho livre, antes e depois da Abolição da escravidão. São faces de mundos do trabalho mais ricos e multifacetados do que até então se supunha.

Beatriz Loner assinalou a importância do recrutamento de operários entre os trabalhadores nacionais, sobretudo os negros. Trata-se de uma situação, particularmente marcante, no espaço fabril de Pelotas, onde a força de trabalho eurodescendente não era assim tão disponível. Sem negar as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho em função do preconceito, a autora assinala a significativa presença de negros oriundos das charqueadas no proletariado (LONER, 2001).

Em outro estudo, a autora destacou que as condições de trabalho eram similares para escravos e para libertos submetidos a contratos de prestação de serviços na década anterior à Abolição. Segundo Loner, “[...] **são libertos e estão escravos**” (LONER, 2000, p. 2; **grifos nossos**). Todavia, se, na prática das relações laborais, tratava-se de situações assemelhadas, a conquistada condição de livre criava expectativas que a manutenção de condições servis não podia atender, de tal maneira que os contratos de trabalho se revelavam bastante instáveis. Os moradores de Pelotas deram crédito a uma notícia falsa de uma greve de contratados; se isso foi possível, era porque aquela notícia era verossímil para os habitantes da Cidade. De fato, a autora registrou outros episódios em que escravos e libertos, efetivamente, paralisaram suas atividades e recusaram-se a trabalhar. Assim sendo, essa pesquisadora contribuiu, uma vez mais, para investigar interfaces entre os trabalhos livre e cativo, ao identificar métodos de luta característicos dos operários entre os escravizados, no ocaso do regime escravocrata (LONER, 2000).

Marcelo Badaró Mattos também estudou a recusa dos cativos em trabalhar, ora nomeadas como greves, ora como paralisações. Ao contrário de Loner, o autor direcionou seu foco para momentos esparsos do século XIX, mesmo antes das décadas finais da escravidão, identificando movimentos dessa natureza no Rio de Janeiro. O autor procurou traçar elos que vinculassem a experiência de luta antiescravista com as mobilizações de trabalhadores na Primeira República, sobretudo pelo compartilhamento dos mesmos ambientes de trabalho — zona portuária — entre escravos e livres ao longo do século XIX, e a consequente criação de sociabilidades e solidariedades. Em suas palavras, “[...] mais significativo é o fato de que as primeiras experiências de organização coletiva surgiram no calor da luta contra a escravidão” (BADARÓ MATTOS, 2008, p. 134). O autor sublinha, assim, a importância da interação entre operários e escravizados na formação da consciência de classe:

[...] existiam elos significativos e compartilhamento de experiências — de trabalho, de vida comunitária, de organização, de ação coletiva — e de traços diferenciados mas combinados de valores e identidades acionados pelas novas formas de consciência de classe dos trabalhadores. E esses são elementos essenciais para uma compreensão mais ampla do processo de formação da classe trabalhadora na situação histórica que esta análise privilegiou (BADARÓ MATTOS, 2008, p. 225)

Maria Cecília Velasco e Cruz, seguindo uma perspectiva similar, apontou laços simbólicos — na denúncia da exploração que sofriam em inícios do século XX, os operários mencionavam estar sujeitos à “escravidão moderna” —, mas também tradições de luta em continuidade. “Na verdade, foram as práticas sociais já quase centenárias dos grupos de trabalho autoorganizados [sic] dos antigos escravos de ganho e libertos que abriram o caminho para a organização definitiva da associação [Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café].” (CRUZ, 2005-2006, p. 194). A autora menciona ainda narrativas que

foram percebidas pelos trabalhadores como “histórias de vida entrelaçadas com a experiência cumulativa das lutas escravas no campo jurídico” (CRUZ, 2005-2006, p. 205). Em suma,

Fortemente influenciada pela experiência escrava pessoal ou familiar da maioria dos seus sócios tanto nas suas escolhas como na concepção de sua própria estrutura organizacional, a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trápiche e Café é um exemplo concreto da riqueza cultural dos negros e mestiços, mas sem etnicidade ou racialização (CRUZ, 2005-2006, p. 208).

Esses pesquisadores têm o mérito de procurar traçar (e demonstrar, por exemplos empíricos) laços tão evidentes quanto ignorados pela historiografia. Contudo cabe não esquecer as rivalidades etnicorraciais internas ao proletariado, que, em diversos momentos, devem ter sido decisivas nos jogos de poder dos processos de mobilização, mas que aparecem, um tanto minimizadas, em suas linhas “sem etnicidade ou racialização”: são historiadores que têm no seu horizonte de preocupações historiográficas a demonstração da coesão das lutas proletárias. De toda forma, incorporou-se, então, na discussão sobre a constituição da classe trabalhadora, um segmento social muito relevante até então omitido.

Contudo outros trabalhos históricos evidenciam haver mais mediações nos cruzamentos de caminhos de escravos e operários. Em período mais ou menos simultâneo àquela aproximação historiográfica, nas duas primeiras décadas dos anos 2000 adquiriu relevo uma nova vertente de estudos acerca do pós-Abolição (inclusive a conceituação do período como tal). Essa bibliografia também tem se beneficiado das contribuições da história social. Em contraponto ao clássico “Coronelismo, enxada e voto”, de Victor Nunes Leal (2012, original de 1948), por exemplo, Ana Rios (2007) apresentou visão distinta e afim com novas perspectivas.

Conforme veremos adiante, a autora demonstrou que, no campo, os processos históricos vividos pelos pobres rurais não se esgotavam na submissão ao paternalismo dos fazendeiros. Ora, aquele autor reduzia-os a “curral eleitoral” dos “coronéis”. Apontando uma enorme contradição na tese de Leal — a imensa maioria dos trabalhadores rurais era analfabeta e, assim, não podia votar durante a Primeira República —, Ana Rios sublinhou a necessidade de os fazendeiros negociarem com agricultores, peões e posseiros, a fim de atrair e manter sua mão de obra. O poderio dos coronéis não era, portanto, absoluto, e os trabalhadores rurais tinham formas de resistência e estratégias de negociação. Até mesmo aqueles camponeses negros sujeitos ao que a autora denominou “pacto paternalista” (ver adiante) lutaram por e conquistaram margens de autonomia. Por seu turno, Hebe Mattos (2013) destacou os intrincados trâmites — e frustrações — pelos quais os proprietários procuraram atrair o trabalho dos agricultores negros no “14 de maio”.

Essa visão mais política do processo do pós-Abolição no meio rural — na qual se tira o enfoque dos “de cima” e se percebe os subalternos do campo como sujeitos em uma arena de conflitos (MATTOS, 2012)³ —, contudo, parece ter passado ao largo dos estudos que têm pensado as interfaces entre o trabalho escravo e o livre, já que o modelo admitido de politização, por excelência, é o do movimento operário. O campesinato negro não aparece em suas páginas.

³ A abordagem da autora é tributária do aporte teórico de Cooper, Holt e Scott (2005), que identificam o pós-Abolição como um momento dotado de especificidades que não se reduzem às continuidades em relação ao escravismo ou — ousaríamos acrescentar — na preparação para o advento do operariado. Momento histórico rico com problemas próprios, como a redefinição de papéis e hierarquias sociais, não se esgota sequer no que “veio antes”, nem no que “teria vindo depois”.

Ao ignorar os processos reais vividos pelos sujeitos históricos no meio rural, pode-se recair em anacronismos, a partir de uma leitura teleológica na qual as experiências dos cativos “serviram” exclusivamente para a vindoura formação do operariado. É necessário rever esse enfoque, procurando situar o lugar do campesinato negro na complexa trama de relações de trabalho que pode ser observada nos caminhos que levaram do trabalho escravo ao livre, por meio da dissociação da noção de trabalho livre da de trabalho assalariado.⁴

O peso do mundo rural — e, portanto, do segmento campesino — era imenso, e isso não pode ser desconsiderado, quando pensamos nas experiências sociais, na Primeira República. Pensá-las, exclusivamente, a partir do urbano implica ignorar a imensa maioria da população, o que, por sua vez, redundava em uma perspectiva, no mínimo, lacunar. Tem-se, nos anos 20, 40 e 50 do século passado, no Rio Grande do Sul, uma proporção de 73,56%, 68,85% e 65,86%, respectivamente, de população rural (FEE, 1981, p. 127, 147 e 175). No patamar mínimo de uma projeção linear, teríamos uma proporção superior a 80% de habitantes do campo em 1890. Se os estudos de Badaró Mattos discutem a inserção da população negra no operariado, a partir de exemplos citadinos, sua perspectiva não está, necessariamente, equivocada, mas, certamente, incompleta. Por outro lado, poder-se-ia, acertadamente, criticar que a população rural por nós evocada era composta de negros e brancos, e que muitos processos sociais foram compartilhados por ambos os segmentos. Não há dúvidas. Todavia, conforme veremos, o processo de proletarianização foi seletivo, tanto em termos de demanda de mão de obra (em virtude do racismo), quanto de oferta de mão de obra (a proletarianização não constituía o objetivo principal da população negra). São essas as questões a que nos propomos a analisar aqui.

De escravos a camponeses

As experiências sociais específicas dos sujeitos escravizados, ex-escravizados ou dos seus descendentes não adquiriram, portanto, muito relevo **por si só** dentre os estudos consagrados ao operariado, mesmo que essas análises não tenham intenção de traçar uma “evolução única e direta entre a escravidão urbana e a formação da classe trabalhadora assalariada” (BADARÓ MATTOS, p. 21). Elas, frequentemente, se tornaram dignas de interesse apenas **em função** da contribuição que porventura prestaram para a constituição da força de trabalho nacional. Além disso, não há muito diálogo com os estudos que problematizaram os significados da liberdade impressos pelos próprios antigos escravos durante a vigência do cativeiro, que, nesse caso, são reduzidos a precedentes formais do trabalho proletário e suas lutas; assim sendo, não há uma maior preocupação — e isso é um problema importante, quando se trata de história social — com as perspectivas específicas dos cativos, quer no que toca ao meio rural

⁴ É bem verdade que o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre o campesinato negro no pós-Abolição foi mais ou menos simultâneo à aproximação entre os estudos sobre a mão de obra escrava e sobre a livre. Também é verdade que o diálogo entre as últimas perspectivas diz respeito, sobretudo, aos cativos residentes no meio urbano. Dessa forma, a leitura aqui proposta era, de fato, difícil na primeira década dos anos 2000. Por meio deste trabalho, não objetivamos descartar a contribuição de estudos anteriores, mas apresentar um aporte a aspectos que, nos parecem, não devem ser ignorados em estudos vindouros.

(majoritárias e bastante investigadas), quer com a dos cativos na cidade (cujas expectativas de vida em liberdade foram menos estudadas).

Existiu amplo debate historiográfico, nos anos finais da década de 80 do século passado, a respeito da produção de alimentos no interior dos lotes escravistas por parte de famílias de escravos, que encontravam essa possibilidade, seja como “brecha camponesa” do escravismo, seja como “característica estrutural” sistêmica da escravidão, seja ainda como “economia interna dos cativos”, lida como modalidade de resistência. O debate teórico a respeito é fértil (CARDOSO, 1987, MACHADO, 1987, SCHWARTZ, 1988, REIS e SILVA, 1989, SLENES, 1999), mas, nele, não entraremos. Pretendemos aqui apenas sublinhar que a agricultura familiar não era algo alheio à vivência dos escravos. Pelo contrário, realizava-se o trabalho em lotes, em horas “livres”, entre um momento e outro do trabalho no eito, principalmente aos domingos e dias santos. A experiência de liberdade proporcionada pelo acesso a terra e por essa produção de alimentos era acessível, fundamentalmente, aos mais bem-situados em escalas hierárquicas do cativo. Diversas estudiosas assinalaram a formação de parâmetros culturais, éticas de trabalho e culturas políticas específicos dos forros a partir de expectativas de vida livre, em tudo diferenciadas da escravidão, particularmente vinculadas à formação de roças próprias e de suas famílias.

Hebe Mattos destacou que, ainda durante a vigência do regime escravocrata, os cativos forjaram imagens, visões e conceitos de liberdade dos quais procuraram se aproximar. A autora afirma que, de diversas formas, os escravos aspiraram romper com a homogeneidade e a desumanização artificialmente impostas pelo universo escravista. Tratava-se de jogo sutilmente ambíguo, já que essa diferenciação implicava a afirmação da dignidade dos trabalhadores escravizados, mas também um anseio senhorial por criar cisões em suas escravarias — ela não era acessível a todos.

Aspectos como o acesso a terra — lotes familiares —; a construção de elos comunitários e familiares; e o “silêncio sobre a cor” conjugavam-se, de forma contrastiva, à rejeição ao trabalho no eito — para os senhores — e a qualificativos de “cor” eivados de significados pejorativos e uniformizantes — “preto”—, constituindo uma possibilidade de formular visões de liberdade que seriam definidoras daquilo que se esperava depois de alforriados ou de extinta a escravidão (MATTOS, 2013, p. 131-156). Para Mattos, essa expectativa de liberdade precedeu uma identificação étnica. Segundo a autora:

As “confusões indesculpáveis” entre escravidão e liberdade [...] eram fruto não apenas de estratégias senhoriais, mas de um esforço concreto dos cativos que, na conjuntura específica da segunda metade do século XIX tomaram um sentido eminentemente político. Antes de forjarem uma identidade étnica a partir da vivência do cativo, formaram uma visão de liberdade a nortear a ação e a autorrepresentação dos últimos cativos da América (MATTOS, 2013, p. 154).

Em um viés similar àquele proposto por Mattos, Maria Helena Machado (1994) assinalou o entrelaçamento da cultura caipira⁵ com padrões de vida e trabalho dos roceiros negros. A autora problematizou continuidades e rupturas com modos de vida e trabalho construídos na escravidão e concepções de direitos e padrões de vida subjacentes às reivindicações escravas. O conceito de liberdade era preenchido com conteúdos concretos, que a autora considerou ser possível identificar retroativamente:

– direito de escolha de a quem vender sua força de trabalho;

⁵ Esse grupo social recebeu análise, importantíssima, em obra de Antônio Cândido de Mello e Souza (2010 [original de 1964]). **Os parceiros do Rio Bonito**, clássico das ciências sociais no Brasil, acerca do campesinato rural, na Região Sudeste, carece, contudo, de uma análise que leve em conta aspectos raciais e eventuais vínculos genéticos com o cativo.

- direito de dispor do próprio tempo;
- modo de vida “aparentemente” livre do roceiro independente;
- direito de estabelecer um ritmo de trabalho próprio;
- direito ao tempo livre;
- rejeição ao trabalho vigiado;
- economia independente.

Assim, também ela percebe as expectativas de liberdade como um contraponto à condição escrava. Levando em consideração as apreciações mencionadas, percebe-se que um aspecto fundamental das concepções dos ex-escravos era a rejeição pelos libertos do trabalho para outrem. Esse aspecto foi suficientemente assinalado em obras referentes ao Brasil ou a outros lugares do mundo atlântico no pós-Abolição (por exemplo, MATTOS DE CASTRO, 1987, SCOTT, 1991, HOLT, 1992 e 2005, GUEDES, 2008). De acordo com Machado (1994, p. 41): “As tentativas dos libertos de se fixarem à terra espelham o desejo de constituição de um modo de vida camponês, projeto generalizado às camadas não-proprietárias”.

Se o trabalho para terceiros remetia ao poderio senhorial, podia também abranger o trabalho industrial. A historiografia que destaca a rejeição do trabalho para terceiros sugere que o patrão podia ser associado, simbolicamente, a um senhor; os supervisores, a feitores; a lide fabril, ao trabalho no eito. Esse tipo de sujeição havia se tornado, a partir da experiência escravista, um exemplo rejeitado de submissão. O ex-escravo, mesmo quando não o tivesse como possibilidade laboral palpável, aspirava ao trabalho para si, e não a autoconstituição como operário.⁶

Essa perspectiva foi aprofundada no pós-Abolição, na medida em que se destacou como noção possível de liberdade. Ela foi apontada por alguns autores como um “projeto camponês” (RIOS, 2005, RIOS E MATTOS, 2007). Mesmo aqueles que eventualmente não possuíam roças no interior das fazendas escravistas as almejavam, como concretização de um ideal de liberdade, uma vez forros. Dessa forma, há que cuidar com possíveis teleologias, ao colocar em perspectiva a participação de ex-escravos na constituição da classe operária. Sua participação junto ao operariado encontrava obstáculo em suas próprias expectativas de liberdade. Pode-se abrir exceção ao ambiente das maiores cidades, onde já existia um segmento negro “nativo” (no caso rio-grandense, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande);⁷ cujas expectativas para a vida livre são, contudo, bastante mal conhecidas. É possível, por exemplo, que, de forma análoga a de seus pares do campo, desejasse gerir pequenos negócios ou trabalhar por conta, práticas laborais que encontravam continuidade em sua experiência pregressa como escravos de ganho. As ambições sociais próprias, de negros do campo e da cidade, devem ser levadas em consideração, se partimos de uma perspectiva de história social.

Ao propor a inexistência de uma ética do trabalho entre ex-escravos “anômicos” e “pouco integrados socialmente”, Florestan Fernandes (1965) não levou em conta aqueles aspectos. Em sua visão, a

⁶ Temos clareza de que, em Thompson, a autoconstituição como classe não é um aspecto **intencional, proposital**. Todavia a ausência no trabalho fabril, seja pela rejeição a dele participar (e isso não constitui “anomia”), seja (ver adiante) pelo racismo que os excluía, prejudicava a integração no processo de formação da classe operária.

⁷ Ainda assim, nas primeiras décadas do século XX, as fronteiras entre o “rural” e o “urbano” eram bastante tênues. Nos “arrabaldes” da cidade, que hoje podem compor regiões centrais, havia perfis claramente rurais que poderiam ensejar a expectativa de atingir o acalentado sonho do “projeto camponês”.

miserabilidade e o desajustamento constituem, praticamente, fatalidades diante das quais não havia esforço subjetivo capaz de revertê-las:

As condições de anomia social não só preservaram o nível de pobreza inicial da população negra paulistana. Agravaram-na, continuamente, de várias maneiras, convertendo o pauperismo numa constante do ponto de vista do “negro” na cidade e a pauperização no processo de seu ajustamento normal ao mundo urbano. Daí a cadeia de ferro, que prendeu negros e mulatos no círculo vicioso gerado pela miséria, e **aprisiona o homem a níveis de existência que se aviltam e se degradam progressivamente, qualquer que seja a disposição ou o esforço empenhados, voluntariamente, em sentido contrário.** (FERNANDES, 1965, p. 72; **grifos nossos**).

Ocorre que Florestan Fernandes avaliou as habilidades sociais dos negros a partir de parâmetros de “normalidade”, em que a “norma” é a cultura laboral do europeu.⁸ Em sua fixação no trabalho fabril, os autores da escola sociológica paulista (Fernandes, mas também Octávio Ianni, Roger Bastide e Fernando Henrique Cardoso) ignoraram as pretensões ao estabelecimento autônomo, sem padrões, que pudessem evocar, ainda que de forma sutil, os fantasmas da submissão a chibatas e relhos. Não encontraram, dessa maneira, libertos que correspondessem à sua expectativa de ética de trabalho.⁹ Diante dessa recusa ao trabalho, que, contudo, era apenas ao trabalho disciplinado para outrem — e não necessariamente ao trabalho em si —, com analogias à recente submissão à Casa Grande, Fernandes (1965) considerou-os “marginais” ou “miseráveis”.

O campesinato negro do Morro Alto

Para a realização de um debate nesse sentido, teremos, como material de análise, diversos exemplos referentes ao campesinato negro no litoral norte do Rio Grande do Sul. Para empreender essa análise, baseamo-nos em estudos anteriores, em seguida arrolados; pesquisas estas amparadas no cruzamento de fontes orais e documentação escrita esparsa. Por meio desse cotejo, foi possível acessar as formas como essas experiências sociais foram vividas e recordadas. Apresentaremos diversas pequenas trajetórias familiares ou individuais.

Observamos a região que hoje emerge como “comunidade remanescente de quilombos” do Morro Alto, a partir do pleito contemporâneo de direitos constitucionais com base étnica (BARCELLOS et al., 2004). A fazenda cujos escravos deram origem a essa comunidade pertenceu às famílias senhoriais Marques, Osório e Nunes da Silveira desde inícios do século XIX e localizava-se no lugar onde hoje é a divisa entre os Municípios de Osório e Maquiné. Ali, criava-se gado, produzia-se cana-de-açúcar e aguardente, muito provavelmente com fins de abastecimento do tráfico atlântico de escravos, já que, após 1850, a fazenda, lentamente, decaiu. Ao fim da escravidão, boa parte dos cativos ou de seus filhos permaneceu no mesmo lugar onde eles, ou pais, haviam padecido as agruras do cativo, mediante diversificadas modalidades de acesso a terra: por meio de aquisições de lotes, doações senhoriais, continuidade informal de posse ou

⁸ A desestruturação social atribuída por Florestan Fernandes aos negros depois do fim do regime escravista tem sido sistematicamente criticada por diversas abordagens historiográficas. Ver, por exemplo, Maciel, 1997, Wissenbach, 1998, Andrews, 1998 e Rios e Mattos, 2005. Um ponto muito problemático, por exemplo, está na negação da possibilidade de organização familiar. Pelo contrário, hoje está mais do que demonstrada a existência de famílias de cativos durante a vigência do cativo. Ocorre que não se pode esperar daquelas famílias o formato da família nuclear moderna e/ou burguesa.

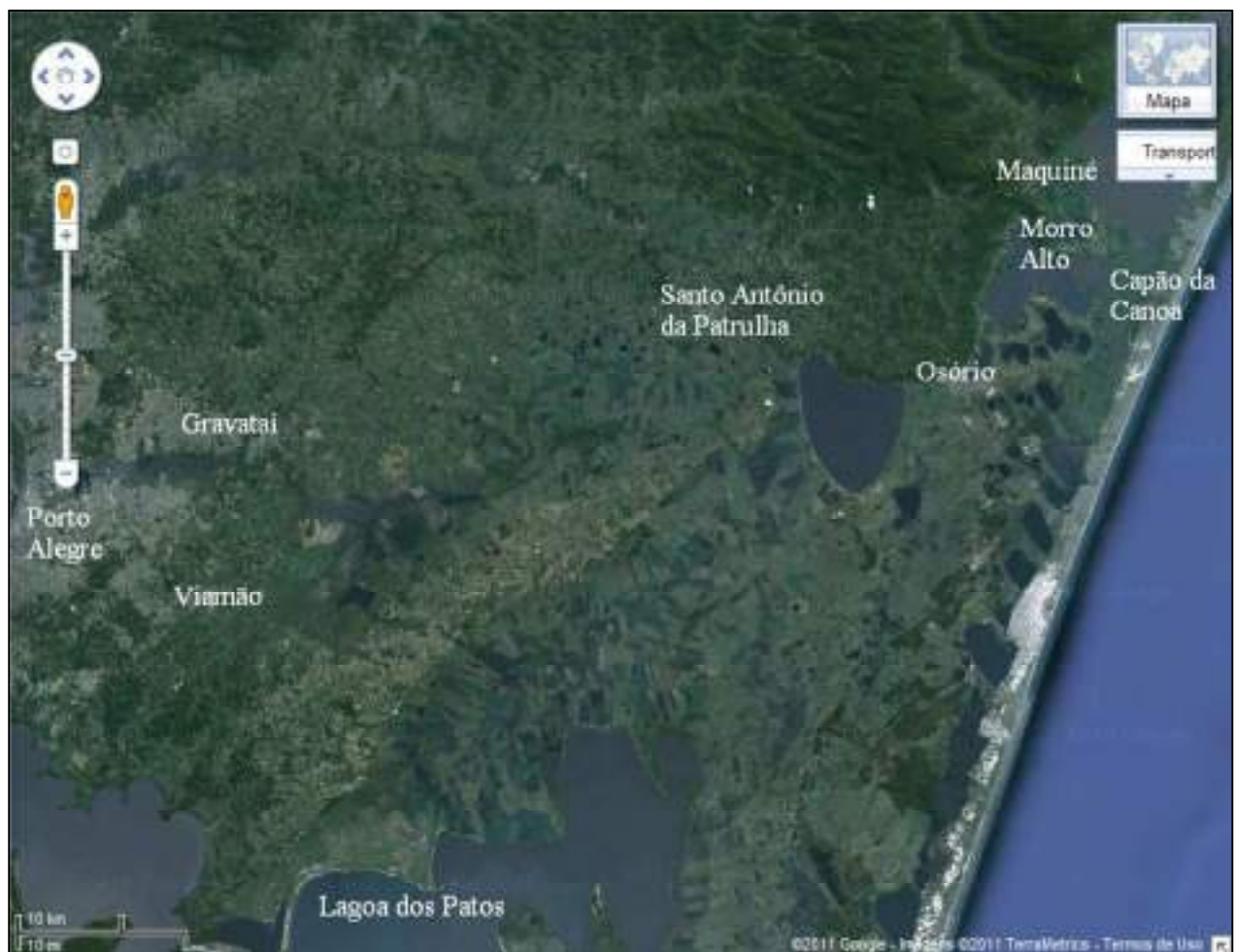
⁹ Para além das evidentes lentes assumidas pelo autor em sua leitura, há que precisar que Fernandes selecionou como universo de pesquisa os negros que já estavam “imersos” no meio urbano — e disso se aproximam os novos estudos a respeito da transição escravo/operário. A chegada à cidade não inicia “do zero”, há de se contar com suas experiências de trabalho, havendo uma cultura laboral prévia a ser considerada.

agregação a fazendeiros da região. Esse vigoroso campesinato negro é ancestral daqueles que hoje almejam ser reconhecidos e titularizados como “remanescentes de quilombos”. Querem a restituição de terras perdidas e a regularização do território ocupado.

A comunidade do Morro Alto situa-se, basicamente, entre as lagoas dos Quadros, Pinguela e o espigão do Morro Alto. No interior de seu território, situam-se as lagoas do Ramalhete e Negra. Seu núcleo está no entroncamento da estrada RS-407 com um braço da BR-101, com utilização bastante reduzida, em função da construção de um túnel sob o morro. Esse local, conhecido como “núcleo” do Morro Alto, está localizado nas coordenadas de 29° S e 50° W e abriga a rodoviária local. Além desse lugar, a comunidade estende-se pelas localidades de Aguapés, Barranceiras, Ribeirão do Morro Alto, Borba, Faxinal do Morro Alto, Ramalhete, Espraiado e Prainha. Essa extensão é, ainda hoje, ocupada por famílias negras entrelaçadas por laços de parentesco e compadrio, crenças religiosas, tradições culturais e projetos políticos em comum.

Figura 1

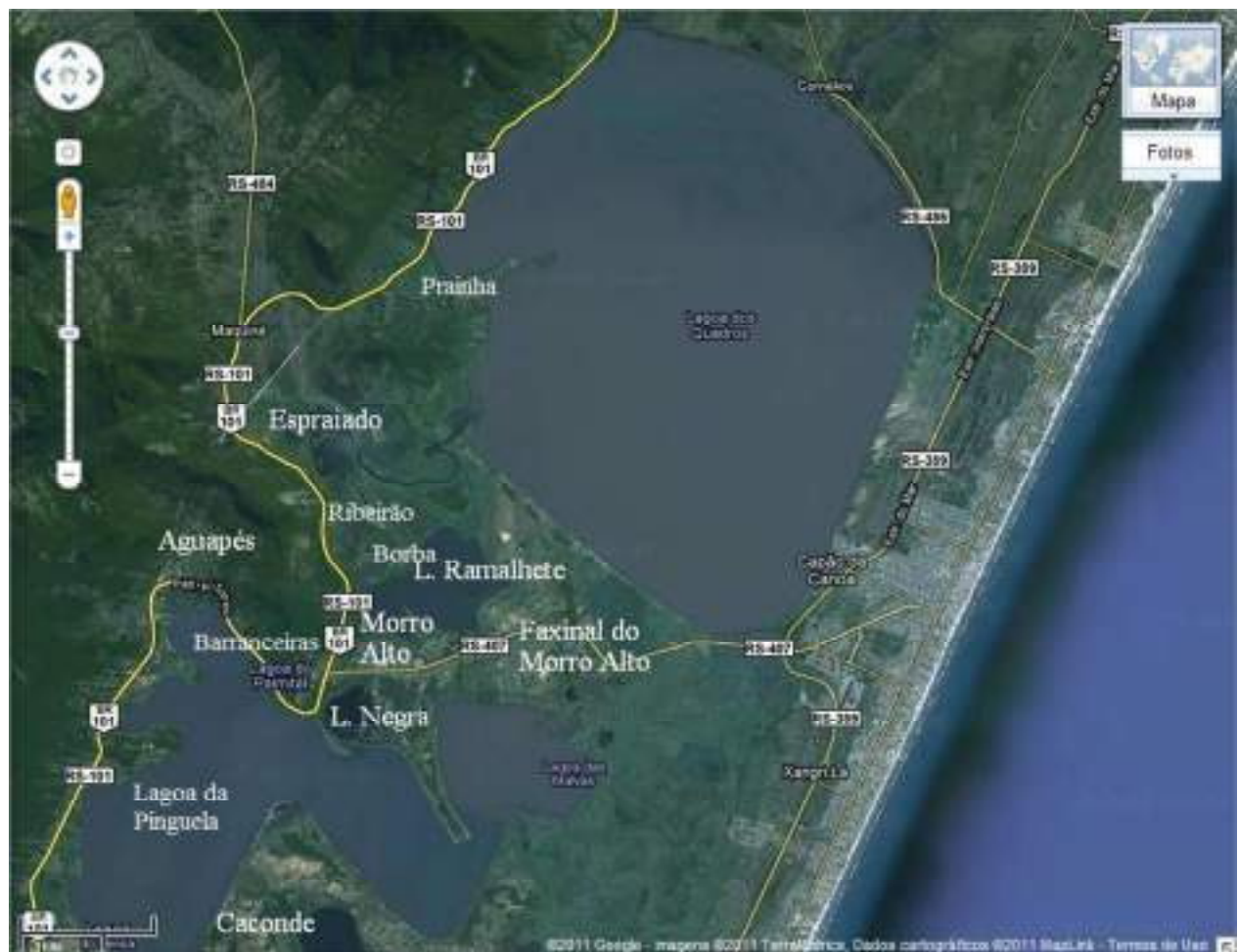
Imagem de satélite da localização do Morro Alto em relação a Osório e Porto Alegre



FONTE: <<http://www.maps.google.com>>.

Figura 2

Imagem de satélite das localidades de Morro Alto-RS



FONTE: <<http://www.maps.google.com>>.

Foram investigados os elementos históricos que levaram à ocupação daquele território por diversas famílias inter-relacionadas. Esse segmento social definiu rotinas e ritmos de trabalho próprios, regras de casamento, legitimidade, compadrio e herança, padrões de cooperação vicinal, enfim, um sistema socioeconômico diverso da escravidão ou do capitalismo. A localidade veio a se monetarizar e a se inserir, de forma mais plena, em uma economia de mercado, apenas décadas após 1888 (WEIMER, no prelo). Particularizando um pouco essas observações, acompanhar algumas trajetórias familiares pode ajudar a demonstrar o lapso existente entre experiências sociais efetivas e as abordagens que percebem a vinculação dos negros à formação do proletariado.

O ex-escravo Manoel Inácio Marques adquiriu terras para a sua família no ano de 1890, tendo ali constituído uma unidade produtiva baseada na utilização de mão de obra familiar.¹⁰ A mais provável forma de acumulação de recursos que permitiu a compra do terreno foi seu trabalho como carpinteiro, ofício

¹⁰ As informações constantes neste parágrafo e posteriores foram extraídas de pesquisas anteriores: BARCELLOS et al, 2004, WEIMER, 2015b, WEIMER, no prelo.

aprendido durante a vigência do cativo. A venda foi realizada através do fornecimento de um recibo, cuidadosamente guardado por seus descendentes. Sem registro em cartório de imóveis, não havia embasamento mais sólido para a posse. Isso fragilizou a manutenção do terreno, que, contudo, foi preservado por meio do pagamento regular de impostos (WEIMER, 2015a). Ali trabalharam sua esposa, Felisberta, e os filhos, Angélica, Raquel, Rosalina, Manoel Inácio, Maria, Ladislau, Mercedes. Ainda que hoje aquele terreno não se encontre mais ocupado, há muitas glebas vizinhas de descendentes de famílias negras que ali permaneceram após a escravidão, produzindo alimentos, cana, banana (nas encostas de morro), gado e, mais recentemente, praticando o extrativismo mineral.

Belisário era filho considerado “ilegítimo” daquele ex-escravo. Apesar da relação consensual com Felisberta, Manoel Inácio teve um filho com outra escrava, Libânea. Ao fim de sua vida, não lhe legou, em testamento, os bens atribuídos aos demais irmãos, considerados “legítimos”. Belisário, ainda que não legitimado, aprendeu com seu pai o ofício de carpinteiro, que também lhe permitiu a formação de um pecúlio que possibilitou a aquisição de um lote na localidade denominada Ramallete. Aquele terreno foi cultivado junto à sua esposa, Emília, filha de um escravo da região, e suas crianças, Manoel, Osvaldo, Maria e os gêmeos, João e José.

Também compraram terras o ex-escravo Hortêncio e os filhos da ex-escrava Silvana. Um caso bastante significativo nos sugere que essas “compras” podiam ser, simplesmente, compensações a *posteriori* por trabalho não remunerado, talvez por anos. Hermenegildo Luís Francisco, ele mesmo nascido livre, filho de Serafina, escrava alforriada ainda menina, era credor de 300\$000, relativos a “[...] serviços que prestou ao falecido finado”, no inventário de Manoel Marques da Rosa, descendente da família senhorial, no ano de 1913 (BARCELLOS et al., 2004, p. 136).

Esse valor foi pago em terras, o que leva a intuir a continuidade de relações laborais sem salário — ao menos, pago monetariamente, no momento de sua realização, já que Hermenegildo necessitou manifestar-se judicialmente para a cobrança daquelas terras do espólio do falecido — no início do século XX. É ainda mais impressionante tratar-se de um indivíduo já distante, há uma geração, do cativo. Nesse arranjo, temos uma forma de acumulação para o tão sonhado acesso a terra — em suma, uma via de acesso ao projeto camponês. Esse caso, excepcionalmente, recebeu registro documental, mas pode ter sido acerto recorrente: fornecimento de mão de obra em troca de terras. Há outras famílias das quais não foi possível acompanhar as formas de aquisição de lotes, mas o fato de serem proprietárias de títulos fundiários sugere ter havido compras. É o caso dos “Inácios”, descendentes de Ramão, tio de Manoel, ou de Vicente, irmão materno de Belisário.

Houve outras maneiras pelas quais permaneceram presentes naquelas terras: além da aquisição, praticada por Manoel Inácio, seu filho “ilegítimo” e outros, ocorreu ainda a recepção de terras em doação realizada por antigos senhores, ou ainda a continuidade de posse consensual. Não cabe aqui esgotar os arranjos encontrados para a permanência na região; apenas destacar alguns exemplos significativos. Inobstante a variedade de formas de aquisição, entrelaçou-se uma comunidade negra com um relativo grau de coesão e continuidade territorial, já que parentelas que permaneceram no território através de variedades diferenciadas de ocupação promoveram matrimônios entre seus integrantes.

A irmã de Felisberta chamava-se Tereza; ela estabeleceu-se no morro, perto da Casa Grande do Morro Alto, em parcela doada para 24 ex-cativos pela ex-senhora Rosa Osório Marques. Ali, ganhou a vida junto a seu marido, Manoel Antônio Joaquim, e aos filhos, Maria Tereza, Florisbela, Manoel Antônio Filho, Santa, Joaquina, Romão, Francisco e Teodoro. A doação faz parte da tradição oral da comunidade. A senhora Aurora Conceição da Silveira, 92 anos em 2001, filha de Merêncio, escravo da mesma senzala de Tereza e Felisberta, também legatário do testamento, narrou o episódio ao historiador Paulo Moreira e à antropóloga Miriam Chagas:

Aurora — Conversar, eu conversei. Ele [Merêncio] contava dos escravos, que ele foi escravo aqui mesmo em Morro Alto, né. Então ele contava as histórias, da falecida da inhã Rosa, que era senhora dele. Que ela deixou essa aí pros escravos, né. Tinha uns quantos escravos. Da família dele tinha a mãe dele, mais duas irmãs, seis irmãos, a família do meu pai. Não, duas irmãs, da família dele.¹¹

As entrevistas realizadas pela equipe de Daisy Barcellos (2004, p. 141-43) são pródigas em relatos de outras doações de terras realizadas por senhores a seus cativos, ainda que, ao contrário do testamento de Rosa Osório Marques, não formalizadas por escrito; “de boca”. O grau de informalidade decorrente dessa última forma de ocupação implicou um estatuto jurídico frágil, que, em muitos casos, acarretou na expropriação de terras, ou em risco de que isso acontecesse. Contudo permitiu a ocupação, respectivamente, nas regiões de Barranceiras e Aguapés, por exemplo, por parte da “gente” do “vovô Gaudino” e, no Ribeirão, pela linhagem da “Floriana velha” — em ambos os casos, com base na produção familiar em terras doadas por famílias senhoriais.

Os relatos de doações são, enfim, bastante comuns.¹² Mesmo no caso de famílias que não puderam se aproveitar delas e seguiram ocupando a região de forma consensual, a memória coletiva os reproduz como narrativas míticas que indicam um sentimento de perdas territoriais. Segundo a senhora “Inácia Maria dos Anjos”¹³, que é neta dos antigos escravos Teófilo e Cesária:

Inácia — Aí ele disse assim: olha, pros escravos... vai morrer, tá magro, o senhor vai morrer, mas vocês que não quiseram receber a carta da alforria, eu vou deixar uma distância pra vocês em terra, pra ele não ficar mal. Então eu vou chamar o Vinícius, vou mandar chamar o escrivão, que é da mesma gente, agora não me lembro quem é, aí vou fazer a escritura pra vocês, vou passar a escritura pra vocês, pra vocês, meus escravos. Aí eu vou chamar o Vinícius, a escritura vai ficar na mão do Vinícius, não sei o que que o Vinícius era dele, né. [...] Aí o falecido Calisto disse assim: olha, o Senhor tá morrendo, saiu gritando, aí esse que tava com papel, era o Vinícius que tava com papel, saiu gritando com papel na mão e rasgou tudo, né. O Senhor vai morrer, ele não pode morrer, aí pegou o papel e rasgou tudo né. [...] Aí os outros disseram: mas tu não podia rasgar o papel. Aí o pai do falecido Valério disse: tu não podia rasgar, isso aí era nosso, foi o que ele deixou pra nós, **mas aí não deu pra aproveitar mais porque ele rasgou tudo**, ele gritando, desesperado (**grifos nossos**).¹⁴

Apesar de suas nuances, esses exemplos de terras ocupadas seriam qualificados por Ana Rios como “terras de preto”. Essa autora realizou um levantamento de história oral na Região Sudeste brasileira e

¹¹ Entrevista com a senhora Aurora Conceição da Silveira, realizada por Miriam de Fátima Chagas e Paulo Moreira, no dia 13 de setembro de 2000, em Morro Alto.

¹² Robert Slenes (1996) e Maria Helena Machado (1994) demonstraram que a doação de terras para ex-escravos era mais corriqueira do que se supõe, sobretudo em casos em que os senhores faleciam sem deixar herdeiros diretos — o que era, particularmente, comum nas fazendas do Morro Alto, em virtude das estratégias matrimoniais adotadas pela família Marques (BARCELLOS et al., 2004). Nas ambiguidades do paternalismo escravista, o acesso a terra por esse meio pode ser lido tanto como conquista das famílias beneficiadas, como forma de controle sobre aqueles que tinham o desejo de recebê-la, já que uma conduta considerada indesejada pelo senhor poderia colocar a perder o tão sonhado terreno.

¹³ Nome falso; optamos por mantê-la no anonimato.

¹⁴ Entrevista com a senhora “Inácia Maria dos Anjos”, realizada por Cíntia Beatriz Müller e Marcelo Vianna em Osório, sem data definida.

propôs uma tipologia das possibilidades de ocupação territorial entre os camponeses negros por ela estudados. Rios apontou três alternativas de relação com a terra por parte dos descendentes de escravos, uma das quais, com variações, corresponde à de todas as famílias trazidas como exemplo até o momento. Trata-se das “terras de pretos”, que, mediante variadas modalidades (doações, aquisições), obtiveram uma ocupação territorial autônoma e “grande estabilidade em uma mesma fazenda ou na mesma vizinhança” (RIOS, 2005, p. 215).

Os relatos coletados pela historiadora não indicam relatos de privações, instabilidade ou sofrimentos, o que, contudo, não se aplica às narrativas por nós ouvidas. A comunidade de Morro Alto passou por diversos processos de expropriação e violência, talvez pela valorização econômica da região ocupada ao longo do século XX, sobretudo a partir do desenvolvimento das praias litorâneas e do consequente incremento da construção civil, o que levou à abertura das pedreiras. As “terras de preto” investigadas por Ana Rios encontram-se em locais de maior isolamento e, portanto, despertaram menos cobiça, ao contrário de Morro Alto, até recentemente situada em pleno eixo econômico representado pela BR-101, e com a presença de muitas riquezas naturais que atraíram o interesse de elementos externos à comunidade.

Além daqueles casos de terras compradas ou recebidas em doação, há aqueles em que os descendentes de escravos seguiram com suas posses consensualmente aceitas, eventualmente sob a “vista grossa” de seus antigos senhores, que asseguravam a posse nominal de terrenos mediante a ocupação por famílias que tinham como suas subordinadas — que, contudo, nutriram, ao longo do tempo, a noção de que as terras lhes pertenciam. Esse exemplo é chamado por Ana Rios de “pacto paternalista”, ou seja, casos em que também se conseguiu conservar a estabilidade na ocupação territorial e alguma margem de autonomia, contudo mediante negociações com grandes fazendeiros a que estavam submetidos.

Ainda assim, expostos aos constantes atritos que podem cercar as negociações de contratos de parceria, eles conseguiram sucesso em permanecer próximos a parentes e amigos e a uma rede de ligações herdadas de seus avós. São pessoas conhecidas nos locais onde vivem. Muitos desse grupo ocupam posições de prestígio na vida cultural e religiosa de seus municípios. (RIOS, 2005, p. 224).

Temos, por exemplo, o caso de atafona situada na localidade de nome Ramallete. Sob cessão senhorial, era explorada por Manoel Inácio Marques em paralelo ao terreno de ocupação familiar, no Espraiado, fato este comprovável por meio de carta trocada entre Manoel Inácio e a antiga senhora, em posse dos netos daquele (BARCELLOS et al, 2004, p. 144-146, WEIMER, 2015, p. 124-130). Esse exemplo demonstra que uma mesma família podia ter, de forma concomitante, modalidades diferentes de ocupação de mais de uma parcela. Isso exemplifica uma pluralidade de modos de presença territorial. Conforme sua neta Aurora (nascida em 1926):

Aurora— Era no Espraiado. O meu avô deu aquilo ali pros filhos e morava lá na... no Ramallete.

Rodrigo— E ele tinha essa terra no Espraiado.

Aurora— Esse no Espraiado ele fez folha de partilha e deu pros filhos. E ele trabalhava no Ramallete.¹⁵

¹⁵ Entrevista filmada pelo autor com dona Aurora Inácia Marques da Silva, no dia 13 de março de 2010, em Osório.

Essa situação, porém, oferecia uma forma de ocupação, no mínimo, delicada. A atafona do Ramalhete, por exemplo, foi perdida pela família a partir do momento de morte de Manoel Inácio. Dessa forma, se, e assim que possível, os camponeses negros trataram de se tornar proprietários de terras. Foi o que fez o ex-escravo Tibério, meio-irmão de Belisário e Vicente. Em processo criminal em que se viu envolvido, em 1901, uma testemunha depôs: “Respondeu que Tibério foi escravo dos Marques e que atualmente mora em terras dos mesmos”. Três anos após, conseguiu se estabelecer como produtor autônomo de alimentos — é o que demonstra a listagem de contribuintes ao imposto rural de 1904 —¹⁶, amparado no trabalho da esposa, Lourença, e de seus filhos, Malvina, Germínia, Armando, Rodrigo, Maria e Venâncio (WEIMER, 2012, p. 189-196). Não há dúvidas de que, por maior que fosse a promessa de estabilidade na ocupação de um lote territorial, uma ocupação autônoma era a melhor forma de concretizar o “projeto camponês”, livre das determinações dos fazendeiros — por eles qualificados como “Seu Fulano”.

Nem todos foram tão bem-sucedidos quanto Tibério. Pulquéria, filha que Felisberta tivera com outro homem, antes de amasiar-se com Manoel Inácio, jamais recebeu parte da herança de seu padastro, destinada aos filhos considerados legítimos. Sem animais que lhe servissem de dote e viabilizassem um casamento ou um futuro promissores, Pulquéria, ainda por cima mãe solteira, desposou um homem tão pobre quanto ela, Zeferino José Teodoro. O casal esteve às portas da situação identificada por Ana Rios como “campesinato itinerante”, isto é, aqueles submetidos a contratos de trabalho temporários e precários, que nunca conseguiram se fixar, enfim, descrevendo um trajeto de deslocamentos que redundou em relatos de privações e sofrimento. Em que sentido, contudo, é lícito qualificar como camponês um estrato social que não foi bem-sucedido em suas tentativas de estabelecer um quinhão de terras de forma autônoma? A autora emprega, aqui, com cautela, o termo no sentido do “projeto camponês”, isto é, das ambições sociais que permeavam esse segmento.

Por isso decidi arriscar uma expressão que normalmente seria considerada uma contradição de termos: o campesinato itinerante. Foi a única expressão que encontrei que pode resumir o estilo de vida e o projeto daqueles que permaneceram, por gerações, tentando reproduzir um estilo de vida que correspondesse ao desejo de estabilidade e roça, mas também ao de uma certa autonomia frente aos proprietários rurais, de privacidade, e de condições de contrato mais flexíveis e tolerantes. (RIOS, 2005, p. 252).

Pulquéria optou, entre a cruz e a espada, por agregar-se na fazenda de Miguel Ventura, um proprietário na região. Além de permanecer próxima à sua mãe e irmãos, ela recebeu “casa” — isto é, espaço de moradia e plantio. Conforme explicou o antropólogo Moacir Palmeira, no que toca à lavoura canavieira da Zona da Mata pernambucana em meados do século XX:

[...] não é qualquer casa, no sentido que nós damos a essa palavra, que ele procura, mas sim casa de morada, uma casa que permita o sustento dele e de sua família e lhe assegure certas vantagens no engenho e lhe abra certas possibilidades como a do usufruto de um sítio [...] as regras da morada representam uma espécie de imperativo absoluto: “Em todo lugar que eu moro eu planto” (PALMEIRA, 1976, p. 306).

As observações do autor podem ser lembradas para pensar o caso em questão. Concretizava-se o desejo de estabilidade, ainda que à custa de autonomia. Não foi bem-sucedida como Tibério, que, do “pacto paternalista”, estabeleceu sua “terra de preto”, mas, diante da iminência da “itinerância”, encontrou, na

¹⁶ Arquivo Histórico de Osório — Arquivo Público Antônio Stenzel Filho — Códice Autoridades Municipais 05.

agregação, uma alternativa mais tolerável. A expectativa de peregrinações sem rumo, “aguentando desaforo”, é amplamente consciente na memória dos entrevistados como a alternativa mais desfavorável possível. Uma neta de Manoel Inácio, a falecida senhora Ercília (nascida em 1921), destacou o motivo para a aquisição do terreno:

Ercília—É, o falecido Manuel Inácio.

Wilson— Comprou uma parte. Ele tinha duas famílias, né. Comprou uma parte de terra e deixa pra falecida...

Ercília— Pra falecida vovó criar... Pros filhos, né. Pra no dia que ele morrer os filhos não ficar na estrada, como se diz.¹⁷

Enteada, Pulquéria esteve a um passo de “ficar na estrada”¹⁸, mas encontrou o pacto paternalista como uma boia de salvação para ela e filhos, como Honorata, Antônio, Teodoro, Maria, João e José, que, certamente, serviram de auxílio para o trabalho de seus pais. Um neto de Pulquéria narrou a nós, em termos similares aos descritos por Palmeira:

Arlindo¹⁹— Não tinha terreno, não tinha nada pra morar. Então ele como tinha dava propriedade pra nós morar.

Rodrigo— Dava propriedade?

Arlindo— Dava o terreno, tudo, nós construíamos casa, tudo. Esse meu avô fazia casa, minha mãe fez uma casa também, junto, tudo ao redor assim. Depois a falecida minha avó, tudo, tudo, morava tudo unido.²⁰

Nesse arranjo, o acesso a terra era considerado suficiente: o salário não fazia parte dos acertos contratuais vigentes e, sim, a prestação de serviços. Aquela sociedade parecia obedecer a relações produtivas distintas do assalariamento e, assim, do capitalismo.²¹

Arlindo— Não. Naquela época lá nem tinha salário.

Rodrigo— Como é que pagava?

Arlindo— Ganhava lá uns troquinhos lá pra trabalhar nas roças dos outros lá, e mais nada. Nem sabia falar o que era salário. Era uma briga até se falasse no salário. Ninguém sabia o que era salário. Quem é que sabia o que era salário naquela época? Agora só vim saber o que era salário aqui. Salário começou muito... Começou o salário mínimo. Ganhava era uma mixaria. Derramava o suor na roça dos outros mas não por salário.

Rodrigo— E o que que recebia então pra trabalhar? O que recebia então pra trabalhar?

Arlindo— Ah, nem dá pra dizer. Você nem sabe. Era 500 réis, 200 réis. Naquela época nem sei o que que era. 200 réis. 500 réis. Era o que a gente ganhava. Muito pouco.²²

O fato de essa remuneração ser episódica e variável, dependendo da boa vontade de “Seu Fulano”, impede que consideremos, categoricamente, um exemplo de assalariamento rural, ainda que possamos

¹⁷ Entrevista com dona Ercília Marques da Rosa e Wilson Marques da Rosa, realizada por Claudia Fonseca, Miriam Chagas e Rodrigo de Azevedo Weimer, no dia 13 de setembro de 2002, em Porto Alegre.

¹⁸ Essa expressão, que ouvimos da senhora Ercília Marques da Rosa (assim como “aguentar desaforo”, dita por sua prima Aurora — entrevista filmada realizada pelo autor com dona Aurora Inácia Marques da Silva, no dia 13 de março de 2010, em Osório), tem um sentido bastante similar à noção de Ana Rios de “campesinato itinerante”.

¹⁹ Nome falso; optamos por mantê-lo no anonimato.

²⁰ Entrevista com o senhor “Arlindo Romero de Souza”, realizada pelo autor no dia 12 de janeiro de 2009, em Porto Alegre.

²¹ No caso da Zona da Mata pernambucana, estudada por Afrânio Raul Garcia Junior (1975), a transformação das relações sociais no campo, em virtude da penetração do capitalismo, por meio da decadência dos engenhos e da ascensão das usinas, consumou-se apenas nas décadas de 50 e 60 do século passado. Os efeitos daquela modificação social ainda se faziam sentir na década de 70, quando o autor realizou trabalho de campo.

²² Entrevista com o senhor “Arlindo Romero de Souza”, realizada pelo autor no dia 11 de fevereiro de 2009, em Porto Alegre.

pensar, já em um momento inicial, em uma progressiva mercantilização das relações sociais. Todavia Arlindo e sua família não podiam ser considerados proletários do campo, simplesmente porque — e isso fica muito claro nas entrevistas, em seu conjunto — o verdadeiramente decisivo era a possibilidade de acesso a um lote de terras, tendo como contrapartida a prestação de trabalho e a gratidão. O almejo ao acesso a terra é o exemplo mais genuíno do “projeto camponês”.²³ A cessão dele por parte do fazendeiro, inobstante a remuneração irrisória e irregular do serviço, é vista como índice de sua “bondade”.

Arlindo— Porque era bom pra nós. Era bom. Era bom pra nós. Morava em cima do que era dele e ele era bom, sempre tinha o que dar pra gente.

Rodrigo— E quando ele dava moradia pra sua família, dava morada pra família...

Arlindo— ...dava morada pra nós. Nós morávamos lá.

Rodrigo— Tinha que dar alguma coisa em retribuição?

Arlindo— Não. Dava nada pra ele. Dava morada pra nós, onde a gente se criou, meu avô, tudo.²⁴

Felisberta, Manoel Inácio, Hortêncio, Silvana, Hermenegildo, Ramão, Vicente, Tereza, Gaudino, Floriana, Tibério, até mesmo a família de Pulquéria: não foram eles que compuseram o “fazer-se” do operariado industrial. No seu repertório de experiências e horizontes de possibilidades, estavam doações e aquisições de terra, o plantio e as criações, o trabalho coletivo, pactos paternalistas, eventuais “trocós”. Quando muito, a proletarização propriamente dita pode ser associada a seus filhos ou netos.

O “fazer-se” do campesinato

A não ser no contexto de algumas mobilizações políticas contemporâneas,²⁵ poucos grupos sociais no mundo se identificam como camponeses. Trata-se de categoria analítica que, ao fim e ao cabo, agrega situações sociais certamente bastante plurais, em termos culturais. Inexistia, na comunidade analisada, identidade camponesa. Os integrantes da comunidade analisada pensavam, certamente, a si mesmos como “morenos”, católicos, pobres, “colonos” (agricultores), da **gente** da Tereza, dos Inácios, do Tibério ou do Merêncio; mas não conforme uma categoria de classe alheia à sua ciência. Se isso não, necessariamente, as homogeneiza — já que, em momento algum, uma categoria classista nega aspectos da identidade grupal —, o termo camponês procura descrever, por meio de alguns caracteres comuns, comportamentos econômicos recorrentes na história humana. É isso que torna lícito pensá-los, por exemplo, através de uma teorização formulada para a sociedade russa de inícios do século XX e utilizá-la como instrumento para estudo do campesinato negro no pós-Abolição.

O que há de comum entre camponeses alodiais do medievo, pequenos produtores de alimentos russos e ex-escravos do litoral do Rio Grande do Sul no pós-Abolição? Algumas características econômicas, não há dúvidas. Vinculados a essas, poderíamos destacar alguns traços comuns em seu modo de vida,

²³ A entrevista realizada não oferece elementos que possibilitem avaliar se ele era, “objetivamente”, assalariado, mesmo que esse historiador considere uma alternativa improvável. Mais importante, aqui, é perceber que, a partir de um olhar retrospectivo, de alguém que acessou direitos sociais na cidade, o entrevistado entendesse aquele como um lugar de ausência de prerrogativas e salário.

²⁴ Entrevista com o senhor “Arlindo Romero de Souza”, realizada pelo autor no dia 11 de fevereiro de 2009, em Porto Alegre.

²⁵ A exemplo da Via Campesina.

particularmente as modalidades de cooperação vicinal, que entremesclam sociabilidade e atividades produtivas (MELLO E SOUZA, 2010 [original de 1964], p. 81-83). Em termos estritamente econômicos, deve-se entender por campesinato um segmento de produtores de alimentos majoritariamente voltados para autoconsumo amparado no trabalho familiar e na posse estável da terra. Em uma analogia com os empreendimentos capitalistas modernos, as mesmas pessoas ocupam, simultaneamente, os papéis de empresários e trabalhadores. Em momentos de maior ou menor agudeza da relação entre bocas para comer e braços para trabalhar — estabelecida pela dinâmica da composição familiar ao longo dos anos —, os trabalhadores podem administrar graus diferenciados de autoexploração da mão de obra familiar ou usufruir dos possíveis graus de conforto disponíveis (CHAYANOV, 1974).

Eis porque se aponta a existência de contradição na expressão “campesinato itinerante”, justificado por Ana Rios por meio das expectativas imbricadas. Aqueles ex-escravos e descendentes nem sempre tinham acesso a terra, mas aderiram a um “projeto camponês”. Aqueles que não atingiram a posse da terra a tinham como horizonte; ambicionavam tornarem-se pequenos produtores de alimentos.

Nesse sentido, temos mais uma diferença entre o trabalho camponês e o operário. Ainda que interligado em redes solidárias, aquele grupo encontrava-se atomizado em unidades familiares que não possuíam a coesão possibilitada pelo espaço fabril que tornava viável a autoconstrução como classe social — aspecto lembrado por Karl Marx (2011, p. 142) através da metáfora um tanto pejorativa do “saco de batatas”. A célebre formulação de Thompson (1987) destaca que, a partir da tomada de consciência de interesses e antagonistas em comum, a **classe** se forma, não apenas como um lugar específico em uma relação de produção, mas, sobretudo, como sujeito da própria formação, a partir de objetivos compartilhados. Isso é bastante diferente no que toca a camponeses, que, em geral, não “se faziam” — sequer “se pensavam” — como tal.

Isso não significa, contudo, que o campesinato constituísse uma massa amorfa “disponível” e facilmente moldável em processos de proletarianização. Há que pensar em suas práticas, suas tradições, suas culturas políticas, enfim, a complexidade da vida rural para além de qualquer “embrutecimento” (MARX, 1998, p. 44).²⁶ O fato de não se pensarem como classe social, de não haver “autoconstituição” não implicava a inexistência de traços compartilhados, que, frequentemente, implicavam percepções morais das atividades econômicas, em códigos de conduta coletivamente aceitos ou ainda regras tácitas de herança; em suma, “costumes em comum” (THOMPSON, 1976 e 1998). No caso em questão, e isso é diferencial em relação ao “campesinato branco”, a recusa do trabalho para outrem se acentuava como remanescência de um passado escravocrata e pontuava uma ética de trabalho específica.

Essas características possibilitavam uma conduta politizada; politização esta, por certo, distinta daquela do proletariado industrial, com seus sindicatos e suas greves; mas, ainda assim, com sentimentos de justiça, convicções e condutas eivadas de sentidos políticos. Por exemplo, em primórdios do século XX, o camponês negro Tibério espancou um boi pertencente a um fazendeiro da região, porque ele,

²⁶ O original *idiotismus* figura, em algumas traduções, como embrutecimento e, em outras, como idiotia. Como homem de seu tempo, as críticas de Marx, por vezes, rudes, ao campesinato, estão relacionadas à sua intenção de, em meados do século XIX, afirmar o proletariado como classe revolucionária. Fazemos um contraponto às restrições desse autor, no sentido de enfatizar a politização desse segmento social, mesmo hoje mal compreendido por intelectuais urbanos, sobretudo quando suas demandas são conjugadas a mobilizações de caráter étnico.

constantemente, invadia suas roças; por vezes, recorriam à justiça para dirimir focos de conflitos — com outros camponeses ou fazendeiros — que não conseguiam resolver na informalidade, e eventualmente conseguiam fazer valer suas próprias percepções de justiça (WEIMER, 2011 e 2012). Diante da negativa de acesso aos bailes dos brancos, os camponeses negros sabotavam as carroças dos convidados ou faziam seus cavalos defecarem na porta dos bailes (WEIMER, 2015b, p. 166-167). Muitas outras foram as iniciativas para acabar com a segregação racial nos festejos da região. Avançando mais no século XX, nos anos 60 e 70, através de diversos processos judiciais, camponeses negros lutaram contra a expropriação de terras, realizada por meio do avanço de cercas ou de outros tipos de fraude (BARCELLOS et al., p. 191-204).

Não se nega, de forma alguma, a importância do campesinato na formação do proletariado brasileiro. Pelo contrário, posicionamo-nos em contraponto à crença de intelectuais que encontraram, na origem camponesa do operariado brasileiro, um obstáculo para a formação de uma “legítima consciência de classe”, como bem apontam Fortes e Negro (2007, p. 183). O que se destaca é que, ao menos no caso analisado, ela se deu em um período posterior àquele apresentado pelos estudos pertinentes.

A nova historiografia do trabalho pretendeu incorporar os escravos a esse processo. Ocorre que, majoritariamente, antes de sua proletarianização, ocorreu um momento em que sua grande maioria viveu como camponês. O trânsito escravo-operário é, na maior parte das vezes, indireto, e exigiu tempo — gerações! — para se concretizar. Ao menos no caso aqui enfocado, as migrações mais significativas do campesinato negro rio-grandense do campo para a cidade aconteceram com o século XX já bastante avançado, particularmente na década de 50, momento em que a população de Porto Alegre e arredores cresceu 89% (FEE, 1982, p. 70). Não foi, em absoluto, na Primeira República. Mesmo aqueles que migraram nos primeiros anos do pós-Abolição, em outros lugares do Brasil, tiveram outras motivações (principalmente, o reencontro de familiares separados pelo tráfico interno de cativos de 1850-88) e atingiram outros resultados do que os migrantes de meados do século XX (FRAGA FILHO, 2006 e MARQUES, 2009).

Migrações, proletarianização e racismo

A partir da quantificação de fontes seriais — registros civis de “pretos” e “pardos” —, Carlos Eduardo da Costa (2008, 2015) identificou um fluxo migratório do vale do Paraíba do Sul para a Baixada Fluminense. Em sua abordagem, dois aspectos nos interessam: as migrações não se realizaram no imediato pós-Abolição e, sim, uma geração mais tarde; e, além disso, a destinação desse contingente não foi o Distrito Federal com suas fábricas, mas lugares, então distantes, como Nova Iguaçu. Uma vez na Baixada, dedicavam-se à produção de laranjas. Percebe-se, portanto, que o campesinato migrante de regiões de intensa lavoura cafeeicultora, outrora **escravista**, mesmo no segundo centro fabril do País, não se direcionou ao trabalho industrial — a não ser, é claro, os negros “nativos” do Rio de Janeiro, cidade negra já desde o século XIX (CHALHOUB, 1990), estudados por Badaró Mattos (2008).

Não dispomos das mesmas séries de Costa e tampouco de sua competência em manipulá-las e analisá-las; contudo apelamos a alguns casos exemplares que são recorrentes (muito recorrentes) e

apresentam resultados, no que toca à Capital do Estado sulino, convergentes à sua análise. Houve um afluxo de indivíduos ou casais de Morro Alto para as cidades, nos anos 40, 50 ou 60. Levaremos em conta apenas aqueles que vieram para Porto Alegre, ainda que haja expressivos movimentos também rumo a Osório e Capão da Canoa.

“Sílvio Angélico Joaquina” (72 anos em 2013),²⁷ assim como seu primo distante “Arlindo Romero de Souza” (82 anos em janeiro de 2009),²⁸ veio para a cidade em fins da década de 50.²⁹ O primeiro chegou ao tornar-se rapaz, para cumprir o serviço militar, gostou de Porto Alegre e ficou na Capital gaúcha. Havia mais “serviço”, enquanto o trabalho rural era “sofrimento”.³⁰ O segundo também prestou serviço militar na Capital, retornou para Morro Alto, mas migrou definitivamente, por considerar que ali não tinha perspectiva: inexistiam direitos sociais ou expectativa de aposentadoria, com os quais, possivelmente, travou contato em sua estada anterior, na cidade grande.³¹ História similar é a de Manoel Inácio Marques Neto (entre 68 e 70 anos, em janeiro de 2009), primo de ambos, que veio no mesmo período.³² O fato que desencadeou a vinda para a Capital também foi o alistamento. Nas palavras do primeiro informante citado:

“Sílvio”: Isso. É. Depois eu vim pra Porto Alegre quando eu vim servir, aí não quis voltar. Não quis voltar. Porque lá o trabalho era, era escasso. Pra trabalho. Era só na lavoura, era capina, era corte de, de... de lenha, pra cortar eucalipto, tudo. Um monte de coisa. Então aí eu achei melhor ficar em Porto Alegre porque tinha, podia pegar uma profissão.³³

Sílvio e Arlindo trabalharam em fábricas. O primeiro conseguiu emprego, por indicação de conhecidos do litoral, em uma firma que produzia massas. Arlindo trabalhou em uma metalúrgica. Ao contrário dos demais, Manoel nunca se empregou como operário: trabalhou como guarda, motorista e no porto. Estava em busca de trabalho com carteira assinada que lhe oportunizasse acesso a direitos.³⁴ Provavelmente não tivesse as referências de Sílvio, além de não ter a “cor” de Arlindo. Efetivamente, este último era de tal maneira claro³⁵ que não era reconhecido como negro em Porto Alegre, apenas em Morro Alto. Isso pode ter possibilitado uma maior facilidade de absorção pelo mercado de trabalho, inclusive o acesso ao trabalho na metalúrgica.

A aquisição de direitos trabalhistas no meio urbano é central nas falas de Arlindo e Manoel. O meio rural é visto como um espaço de ausência de direitos, e a obtenção deles é admitida como uma motivação para o processo migratório. Arlindo chegou, inclusive, no momento da entrevista, a reproduzir um diálogo mental com sua mãe, justificando a partida.

Manoel — Pra onde que eu fui bater lá [Porto Alegre]. Que aqui [Osório] não tinha carteira assinada. Não tinha direito de nada, igual que no outro. Aqui eu tenho os meus direitos porque paguei, comprei, tô

²⁷ Nome falso; optamos por mantê-lo no anonimato.

²⁸ Nome falso; optamos por mantê-lo no anonimato.

²⁹ Respectivamente, 1959 e 1957 ou 1958.

³⁰ Entrevista com o senhor “Sílvio Angélico Joaquina”, realizada pelo autor em 14 de abril de 2015, em Porto Alegre.

³¹ Entrevistas com o senhor “Arlindo Romero de Souza”, realizadas pelo autor em 12 de janeiro e 11 de fevereiro de 2009, em Porto Alegre.

³² 1959.

³³ Entrevista com o senhor “Sílvio Angélico Joaquina”, realizada pelo autor em 14 de abril de 2015, em Porto Alegre.

³⁴ Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto, realizada pelo autor em 9 de janeiro de 2009, em Osório.

³⁵ Filho, neto e bisneto de mulheres negras abandonadas por homens brancos, que gostavam de “usar e não cumprir”, Arlindo passou por um processo de “branqueamento indesejado”, já que colado à vivência de abandono. Diversos primos o percebem como branco.

curtindo aqui, falando português, então eu tenho os meus direitos mas quem naquela época não tinha [...]”.³⁶

“Arlindo”— Nasci e me criei lá no Morro Alto, depois é que eu peguei e vim-me embora pra cá, porque naquela época a gente trabalhava lá no Morro Alto, caído lá por cima das pedras, tudo vai plantar um pezinho de planta, não tinha nada, não tinha direito nenhum, né, naquela época. Agora tem mesmo direito de quem tem aqui, então, **vou-me embora, que que eu vou, trabalhar com meus direitos, porque um dia eu posso me aposentar**. Aí agarrei e fui embora. Mas menti pra minha mãe que eu não vinha a Porto Alegre, que eu ia pras granjas, que eu sempre ia pras granjas³⁷ e ela conformava com isso, [...]. Então menti pra ela e foi ela disse “tu não vai pras granjas, né, tu tá mentindo pra mim, tu vai--te embora pra Porto Alegre”, e aí foi que eu disse pra ela “Mamãe, eu não sei mentir. Eu não vou lhe mentir, **eu vou-me embora pra Porto Alegre por causa do quê? Vou trabalhar lá com os meus direitos lá, que um dia eu me aposento e posso ter um direitinho de me aposentar e ter mais um modo de viver, porque aqui não adianta, a gente trabalha, ia morrer e não tem direito a nada**. Então vou-me embora” e vim-me embora pra cá em 57 vim pra cá. Em 57, 58.³⁸ **(grifos nossos)**

“Clarindo da Silva Gomes” (61 anos em 2010),³⁹ por seu turno, veio ainda criança, acompanhando seu pai, no ano de 1957.⁴⁰ Gurizote, morava em Cachoeirinha e vendia café e revistas no centro de Porto Alegre e, mais tarde, trabalhou na CEEE. Ele fala com certo orgulho de suas atividades laborais — o que evidencia uma positivação do trabalho:

“Clarindo” — Então tinha Fatos e Fotos, Manchete, Capricho, Contigo. Tinha todas essas revistas aí, né. E eu vendia Última Hora e a Folha da Tarde. E aí o meu irmão, que era mais moço do que eu, que também já é falecido, ele... Eu levava ele pra ele me ajudar. E nessa época, quando eu vinha de manhã pra Porto Alegre, no Centro, eu andava assim. Eu vinha sozinho. Eu pedia pro meu pai fazer uma caixa assim, então tinha uma sacola que era sacola de pano, tinha duas varas de madeira assim, a sacola ia ali e eu trazia ela cheia de café. Que a minha mãe fazia de manhã. E eu levava o café para a rádio Itaip que era ali na, no edifício Chaves, esquina da Ladeira também com a rua da Praia, então lá eu deixava duas garrafas de café, de manhã cedo quando chegava. E tinha a rádio Continental. Lá também. E eu deixava duas garrafas de café. E a CEEE, que era na Leonardo Truda, ali no edifício Formac, né, e eu deixava duas garrafas de café. E tu ia ali na, hoje, onde é, que pagava as contas da CEEE lá na Rua da Praia e tal eu também deixava. Então tinha oito garrafas. Aí quando dava nove e meia, eu vinha cá no bar Itaip, na rua da, na Voluntários, tinha o bar Itaip. E enchia todas as minhas garrafas pela metade do preço.⁴¹

Seu pai, Balduino, trabalhara na construção de estradas, na Sultepa, antes de tentar a sorte na cidade grande. Permaneceu no mesmo ramo, como maquinista de asfalto no Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER). Vieram, contudo, inspirados pelo irmão mais velho de Clarindo, que, como os demais, conhecera Porto Alegre ao prestar serviço militar, e convencera a família de que aquele era um lugar mais promissor para ganhar a vida: “Meu irmão já tinha vindo, que ele serviu o exército e achou que aquela vida lá fora não... aqui nós podíamos produzir mais do que tivesse lá fora no sítio.”⁴²

A migração para o meio urbano é recordada como uma decisão, seja pela identificação de melhores condições de vida comparativamente ao campo, seja porque o trabalho duro foi compensado pelo acesso a leis trabalhistas e previdenciárias. Dessa maneira, a cidade é revestida de um valor que neutraliza a rejeição ao trabalho não autônomo assumido por seus pais e avós. Digamos que aquela aversão se havia dissipado

³⁶ Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto, realizada pelo autor em 9 de janeiro de 2009, em Osório.

³⁷ Unidade produtiva de arroz.

³⁸ Entrevista com o senhor “Arlindo Romero de Souza”, realizada pelo autor no dia 12 de janeiro de 2009, em Porto Alegre.

³⁹ Nome falso; optei por mantê-lo no anonimato.

⁴⁰ Entrevista com o senhor “Clarindo da Silva Gomes”, realizada pelo autor em 29 de junho de 2010, em Porto Alegre.

⁴¹ Entrevista com o senhor “Clarindo da Silva Gomes”, realizada pelo autor em 29 de junho de 2010, em Porto Alegre.

⁴² Entrevista com o senhor “Clarindo da Silva Gomes”, realizada pelo autor em 29 de junho de 2010, em Porto Alegre.

no lapso de uma geração, muito em virtude do fato de que, agora, ele tinha compensação e retribuição por meio da legislação varguista (WEIMER, 2015b, p. 147). Um tom de celebração de Porto Alegre encontra-se evidente na fala de Manoel Inácio Marques Neto, que, com certa nostalgia de sua juventude, disse: “Namorada tinha de montão, né”. “De noite eu girava. Eu não parava”. “Era o dono da rua”.⁴³

A cidade também é significada como espaço de liberdade, de tal forma que Clarindo identifica a migração como um meio de “libertarem-se”. O anonimato garantido pelas “vilas de maloca” possibilitava que elas se tornassem um esconderijo dos “donos” [sic].

Clarindo— E ela foi junto. E essa tia Maria Antônia, ela procurou a liberdade dela, procurou a liberdade dela por causa da gravidez.

Rodrigo— Como é que ela fez pra procurar a liberdade dela?

Clarindo— Por causa da gravidez

Rodrigo— Mas ela procurou a justiça, foi embora?

Clarindo— Não, não, ela foi embora, ela desapareceu.

Rodrigo— Ela desapareceu.

Clarindo— Desapareceu e aí ela veio morar nessas, nessas vilinhas populares, como uma favela, né.

Rodrigo— Ham, ham. E muita gente vinha pra cidade, pra essas vilas populares?

Clarindo— Muita gente vinha...

Rodrigo— E porque que vinham?

Clarindo— Vinham por causa que não tinham outro lugar pra se esconder, muitas vezes, né, pra que os donos deles não viessem atrás e tal, então essa aí era a moral da história; [...] que é, o negro é que nem japonês: um era igual ao outro, e um tentava ajudar o outro, entendeu? Então era mais ou menos, era mais ou menos assim que era a vida, a vida da cor negra, né?⁴⁴

O trabalho braçal foi uma constante na vida desses homens, mesmo que não se tratasse, necessariamente, do operariado fabril. Os poucos exemplos indicam situações expressivas. Quando não se contava com experiência prévia ou referências, ficava-se relegado no mercado de trabalho, em prol de homens de tez mais clara. Cabe destacar que não podemos pensar a transição entre trabalho escravo e livre, sem identificar o caráter racista e discriminatório do mercado de trabalho. Certamente, essa situação deve ter sido ainda mais acentuada na Primeira República. Em 1930, foi assinado por Vargas o decreto nº 19.482, que estabelecia que dois terços da mão de obra deveria ser contratada entre brasileiros natos. O impacto desse decreto, todavia, foi reduzido no Rio Grande do Sul, Estado de imigração antiga, no qual a imensa maioria de descendentes de italianos ou alemães já havia nascido no Brasil. O racismo criou obstáculos ao acesso dos negros aos empregos melhor remunerados, ao longo do século XX.

Esse aspecto não passou despercebido por Loner. A autora destacou as medidas de disciplinamento da mão de obra nacional em primórdios do século XX. Essa era considerada sujeita à vagabundagem, e, portanto, julgava-se necessário enquadrá-la e discipliná-la. “Nesse processo, muitos dos trabalhadores nacionais foram excluídos e marginalizados, mas também se organizaram para resistir à exclusão” (LONER, 2001, p. 68). Assim, ao identificar o elevado número de negros nas nominatas de entidades classistas, assinala:

Numa sociedade preconceituosa como aquela, só é possível compreender esse dado, se considerar-se que eles formavam uma parcela considerável do operariado nas fábricas assinaladas, pois, caso

⁴³ Entrevista com o senhor Manoel Inácio Marques Neto, realizada pelo autor em 9 de janeiro de 2009, em Osório.

⁴⁴ Entrevista com o senhor “Clarindo da Silva Gomes”, realizada pelo autor em 29 de junho de 2010, em Porto Alegre.

contrário, não poderia entender-se a significativa quantidade de negros entre suas lideranças (LONER, 2001, p. 83).

A autora também traçou uma trajetória reveladora dos destinos de um ex-escravo na sociedade pelotense de fins dos oitocentos e inícios da República Velha. Ao inscrever os caminhos de Antônio, ora de Oliveira, ora Baobad, na sua atuação como liderança operária socialista, Loner evidencia “[...] a máxima exploração das oportunidades surgidas com a libertação dos trabalhadores negros, em 1888, ao mesmo tempo em que revela algumas das limitações que enfrentaram em sua tentativa de integração à sociedade capitalista em formação no Brasil” (LONER, 2011, p. 109). A dialética entre possibilidades e limitações aparece como uma constante na reflexão da autora.

Preocupações similares estão presentes na obra de George Reid Andrews. De certa forma, ele dá continuidade a algumas das abordagens de Fernandes, ao enfatizar a marginalização e a exclusão de negros no mercado de trabalho, realizando, contudo, um importantíssimo deslocamento. Para ele, não eram preteridos por qualquer “incapacidade psicossociológica”, mas, única e exclusivamente, pelo racismo dos brancos. Conforme assinala, no que tange às primeiras décadas do século,

Mas os empregos nas fábricas, oficinas e lojas da cidade não eram para afro-brasileiros. Isto não era resultado de uma legislação discriminatória ou de decretos que vinham de cima, mas de milhares — milhões, com o passar dos anos — de decisões tomadas pelos patrões relativas a quem iriam ou não contratar (ANDREWS, 1998, p. 117).

Os novos estudos sugerem um mercado de trabalho mais poroso do que se acreditava, ao supor a participação de negros. Isso é particularmente evidente em lugares de elevada população de ex-cativos, como a Pelotas estudada por Beatriz Loner. Contudo o racismo destacado por essa autora e por Andrews é uma variável muito importante que torna um pouco mais complexa a transição da mão de obra escrava para a assalariada. Particularmente, os camponeses negros padeciam com a discriminação, não apenas por serem negros, mas também por sua origem rural.

O marido da senhora “Joana Persília Pereira” (nascida em 1937),⁴⁵ de nome “Jorge Luiz Pereira”,⁴⁶ imigrado muito depois (c. 1989) tampouco obteve oportunidades no operariado fabril, tendo, antes, trabalhado na construção civil. Sua esposa, ao vir para Porto Alegre, encontrou trabalho como empregada doméstica,⁴⁷ uma sina bastante comum para aquelas mulheres. Algumas bisnetas da escrava Tereza também vieram para Porto Alegre ou São Leopoldo, ao longo das décadas de 60 e 70, onde trabalharam como domésticas ou donas de casa.⁴⁸ É o caso também de Maria de Oliveira Caetano (nascida em 1926), que migrou com a família para Mostardas, depois de perder sua mãe. Não gostou, contudo, daquela localidade e foi para Porto Alegre, onde passou 18 anos. Nesse período, trabalhou como cozinheira e doméstica. Conheceu, em um edifício onde era empregada, seu marido, que, por sua vez, era pedreiro.⁴⁹

⁴⁵ Nome falso; optamos por mantê-la no anonimato.

⁴⁶ Nome falso; optamos por mantê-lo no anonimato.

⁴⁷ Entrevista com a senhora “Joana Persília Pereira”, realizada pelo autor dia 26 de janeiro de 2009, em Porto Alegre.

⁴⁸ Entrevista com a senhora “Inês Teodora Souza Prates”, realizada pelo autor, no dia 9 de novembro de 2013, em Porto Alegre; entrevista com a senhora “Rosa Lúcia Souza Lima”, realizada pelo autor no dia 12 de novembro de 2013, em Porto Alegre; entrevista com a senhora “Maria Teodora Souza”, realizada pelo autor no dia 14 de novembro de 2013, em Porto Alegre; entrevista com a senhora “Margarida Teodora de Souza”, realizada pelo autor no dia 8 de outubro de 2014, em São Leopoldo. Nomes falsos; optamos por mantê-las no anonimato.

⁴⁹ Entrevista com a senhora Maria de Oliveira Caetano, realizada pelo autor no dia 23 de janeiro de 2009, em Osório.

Como empregadas, babás e cozinheiras, não gozavam de direitos sociais na economia doméstica, encontrava-se assegurada, para a terceira idade, apenas a aposentadoria do marido.

Esses exemplos servem para nuançar o trânsito do trabalho escravo para o assalariamento. Destacamos que a maior parte das migrações campo-cidade se deu em meados do século XX. É claro que, mesmo nos casos examinados, conforme apontado em trabalho anterior,

[...] o trânsito entre campo e cidade não se inaugura com a legislação social varguista, apenas se intensificou quando existiram melhores condições para tanto. No entanto, pessoas dispostas a tentarem uma vida nova em um lugar diferente sempre existiram e sempre existirão (WEIMER, 2015b, p. 178).

A diferença é que, as evidências apontam, apenas em meados do século XX aquelas migrações campo-cidade adquiriram um caráter mais numeroso. Há apenas um relato de uma filha de escravos daquela comunidade que partiu para a cidade, no início do século— ainda assim, à diminuta Conceição do Arroio⁵⁰ das primeiras décadas do século XX, com traços marcadamente rurais. Essa senhora trabalhou como lavadeira de roupas. No que toca aos netos e bisnetos de ex-cativos, o fluxo é mais intenso. Se considerássemos também as migrações para centros urbanos menores e mais próximos, os exemplos seriam ainda mais numerosos.

A passagem do trabalho escravo para o assalariado está, ao menos nesse caso, intermediada por uma ou duas gerações, sem esquecer a variável “racismo”, que tornava mais dificultoso o acesso ao trabalho urbano. Seguimos acreditando que as perspectivas que problematizam as relações entre o trabalho escravo e o do operariado esqueceram-se da experiência camponesa, de importância central no pós-Abolição; ao fazer isso, tendem a reduzir o trabalho livre ao assalariamento, o que se revela uma abordagem muito limitadora.

Conclusão: camponeses e operários

O modelo “clássico”, chayanoviano, isto é, de um núcleo familiar de trabalhadores-consumidores com acesso estável a terra pode ser associado, no caso do campesinato negro, por excelência, ao caso das “terras de preto” delineadas por Ana Rios. Com algumas adaptações, poderíamos pensar também no “pacto paternalista”. Ainda que cedendo parcela da produção ou prestando serviços, é possível imaginar que a família de Pulquéria Felisberta tivesse a possibilidade de um trabalho amparado em mão de obra familiar e acesso estável a terra. Em um caso ou em outro, trata-se de uma modalidade de trabalho livre distinta da escravidão ou do assalariamento — não eram **mercadoria**, não vendiam **força de trabalho**. Produziam para si, e produzir para si é o que queriam. Apenas em meados do século XX é que o trabalho urbano passaria a ser considerado “melhor”.

As ambições de estabelecimento de glebas camponesas correspondiam à pretensão dos ex-escravos de labutar para si mesmos e à rejeição à submissão a terceiros — voltada ao passado escravista, mas identificada também no trabalho industrial. Essas aspirações foram construídas por décadas de cativeiro, e isso confere especificidade aos agricultores negros em contraposição ao restante do

⁵⁰ Nome de Osório antes de 1934, quando o interventor federal Flores da Cunha tomou a iniciativa de modificar o nome do município.

campesinato. Os processos sociais não têm uma duração indefinida e sempre estão inscritos em sua historicidade, mas há certa latência. Culturas laborais longamente construídas não podem ser tão facilmente descartadas, podendo atravessar gerações.⁵¹ Ao que os exemplos levantados indicam, o “ponto de virada” na região em questão⁵² deve ter sido a década de 50, juventude dos mais novos entre os netos e dos mais velhos entre os bisnetos de escravos. Essa foi uma geração que positivou o trabalho urbano e significou, de forma muito negativa, a labuta rural.

Ao menos no caso aqui estudado, apenas naquele momento, entre os netos e bisnetos dos ex-escravos — em parte, por processos macroscópicos de transformação na sociedade brasileira, com a intensificação de processos de urbanização e industrialização (PATARRA, 2007), em parte por uma gama de aspectos locais, incluindo histórias de expropriação, de degradação da qualidade do solo, de impossibilidade de fragmentação dos lotes camponeses para fins de herança, de expectativas de direitos cidadãos e de experiências de masculinidade no meio urbano, longe da tutela familiar (WEIMER, 2015b, p. 137-153) —, “dissipou-se” o ‘projeto camponês’, considerado menos atrativo em face do trabalho urbano. É importante destacar ainda que as ressalvas vinculadas ao trabalho para outrem já deviam ser coisa do passado, sobretudo em virtude da positividade proporcionada pela legislação trabalhista. Ainda assim, se houve essa inflexão na oferta de mão de obra, o mercado de trabalho seguia restritivo, de acordo com critérios de ordem racial. Ademais, a julgar pelas demandas atuais pela titularização fundiária, percebe-se que o ‘projeto camponês’ teve uma sobrevida.

É legítima a crítica de que esta análise decorre do exemplo de apenas uma comunidade, dentro da qual tomamos alguns exemplos da mesma família. É verdade. Todavia um olhar mais macrossituado não teria permitido a percepção de algumas minúcias que só assim pudemos acessar. Além do mais, se as proposições tomadas a uma dada bibliografia não se aplicam a um caso específico que indica algumas questões não resolvidas, parece ser a hora de repensar ideias, complexificando as já relevantes contribuições desses campos de estudo em diálogo. Nossos exemplos apontam a necessidade de dissociar a ideia de trabalho livre da de assalariamento.

Do ponto de vista que vimos expondo, não basta a afirmativa de Marcelo Badaró Mattos, para quem “no campo da consciência em formação”, há amparo naquela “experiência de convivência no espaço de trabalho e vida urbana de trabalhadores escravizados e livres” (BADARÓ MATTOS, 2008, p. 212). Isso é verdade — e o autor o admite, ao destacar que se restringe à vida urbana — no que toca ao espaço cosmopolita da Corte e/ou Distrito Federal. Contudo é uma abordagem que não satisfaz o caso de estados periféricos e, até mesmo, ao espaço rural do Rio de Janeiro e de São Paulo.⁵³ É verdade que foi aquele o segmento que Badaró Mattos se propôs a estudar, e não os camponeses negros. No entanto, tudo leva a crer que, nisso, reside uma importante lacuna, principalmente em face do peso majoritário do segmento rural. O esforço historiográfico de integração dos ex-escravos à “consciência em formação” operária não é

⁵¹ Eunice Durham (1984), em contexto bastante distinto, demonstrou como hábitos adquiridos por “caipiras” (não necessariamente negros) na vida rural tiveram uma sobrevida no meio urbano, em meados do século XX. Tais costumes, segundo a autora, foram, contudo, desestruturados.

⁵² Conforme vimos, do Vale do Paraíba à Baixada Fluminense, em uma dita região central do País, parece ter sido um pouco antes.

⁵³ Tampouco temos a pretensão de generalizar, para onde quer que seja, as conclusões; se pudermos levantar questões pertinentes a serem levadas em conta em novos estudos, estaremos satisfeitos.

acompanhado pela tentativa de compreender a possível contribuição do campesinato negro, em sua especificidade, à consciência de classe.

Além disso, não basta apontar vínculos genéticos e trajetórias biográficas que vinculem as lutas operárias às antiescravistas; cabe também identificar a presença da população negra no corpo do operariado e avaliar os efeitos do racismo na seleção da força de trabalho e, por fim, as próprias motivações de ex-escravos e descendentes. A relevância das análises que discutimos e com as quais dialogamos foi suficientemente apontada ao longo deste texto de discussão. Não é compreensível, porém, que as reflexões sobre os mundos do trabalho entre a comunidade negra não levem em conta a situação dos que se encontravam distantes dos centros industriais. Eles não eram, não podiam e não pretendiam ser assalariados, e isso deve ser objeto de reflexão e análise ou, ao menos, pontuado na construção de argumentos, mas não omitido. Os dados de censos apresentados indicam o caráter agrário da sociedade rio-grandense da aurora da República até meados do século XX. Apenas a partir de então, esse segmento populacional dirigiu-se, de forma mais intensa, às urbes (PATARRA, 2007).

Por meios indiretos, a avaliação do trabalho de ex-escravos a partir dos parâmetros da produção industrial atualiza a abordagem de Fernandes (1965), na medida em que ele não percebia experiências específicas da comunidade negra e procurava adequá-las a modelos heurísticos apropriados aos imigrantes europeus, no sentido de ter ignorado — e talvez não tivesse aparato teórico e metodológico para fazer diferente — as lógicas econômicas específicas daqueles sujeitos, o que redundou na imputação de estigmas. Creio que tampouco parte da produção atual esteve suficientemente atenta a mecanismos e projetos que regiam o comportamento econômico dos ex-cativos e que, ao menos parcialmente, os afastava do trabalho operário, não por inabilidade ou desestruturação, mas pelo grau de rejeição decorrente de uma cultura laboral longamente construída.

É válido e necessário assinalar a contribuição do operariado negro, especialmente dos segmentos populacionais instalados em cidades como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, mesmo que ainda exista a necessidade de investigar melhor as expectativas de liberdade dos escravos urbanos, que, certamente, incidiram em seu processo de proletarianização. Também cabe ponderar que o trabalho camponês sobressaía, tanto em sua incidência numérica quanto como projeto social. Assim sendo, as reflexões acerca do processo de constituição de um mercado de trabalho livre não podem seguir contemplando apenas as experiências de trabalho assalariado. A dissociação entre trabalho livre e assalariamento faz-se necessária, a fim de entender que a experiência camponesa é de suma importância: extrapola e precede a proletarianização. Deve ser entendida em seus próprios termos, e não em função de apropriações teleológicas.

Referências

ANDREWS, George R. **Negros e brancos em São Paulo: 1888-1988**. Bauru: Edusc, 1998.

BADARÓ MATTOS, Marcelo. **Escravidão e livres. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

BADARÓ MATTOS, Marcelo. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. **Revista Mundos do Trabalho**. vol. 1, n. 1, janeiro-junho de 2009.

BARCELLOS, Daisy M.; CHAGAS, Miriam de Fátima, FERNANDES, Mariana Balen; FUJIMOTO, Nina Simone; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MÜLLER, Cíntia Beatriz; VIANNA, Marcelo; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Comunidade negra de Morro Alto. Historicidade, identidade e direitos constitucionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. In: **Cadernos AEL**, v.14, n. 26, 2009.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1974.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. **Além da Escravidão. Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Carlos Eduardo C. **Campesinato negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os Registros Cíveis de Nascimentos**. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ (1888-1940). Dissertação (mestrado em História), Programa de pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, Carlos Eduardo C. Migrações negras no pós-Abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, jan./jun. 2015.

CRUZ, Maria Cecília Velasco. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908. In: **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 188-209, dezembro/fevereiro 2005-2006.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus Editora, Editora da USP, 1965.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO; NEVES, Lucília de Almeida (Org.). **O Brasil Republicano — O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade. Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA — FEE (RS). **De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950**. Porto Alegre: FEE, 1981.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA — FEE (RS). Do destino e utilização dos homens do campo. In: FEE. **A agricultura do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1982, p. 67-73. (25 anos de economia gaúcha. v. 3).

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. **Terra de trabalho**. Dissertação (mestrado em Antropologia Social), Programa de pós-Graduação em Antropologia Social (Museu Nacional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1975.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativeiro. Trabalho, família, aliança e mobilidade social. (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850)**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

HOLT, Thomas C. **The problem of freedom: race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938**. Baltimore / London: The Johns Hopkins University Press, 1992.

HOLT, Thomas C. A essência do contrato – A articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa britânico de emancipação, 1838-1866. In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca. **Além da Escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LONER, B. Greve ou motim: como entender as paralisações de trabalho entre trabalhadores cativos. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 5., 2000, Porto Alegre. [Anais...]. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

LONER, Beatriz. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

LONER, Beatriz. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio. **Experiências da Emancipação. Biografias, Instituições e movimentos sociais no pós-Abolição (1890-1980)**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

MAC CORD, Marcelo. **Artífices da cidadania. Mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

MACHADO, Maria Helena. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MACIEL, Cleber da Silva. **Discriminações Raciais – negros em Campinas (1888-1926)**. Campinas: Unicamp, 1997.

MARQUES, Leonardo. **Por aí e por muito longe: dívidas, migrações e os libertos de 1888**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTOS DE CASTRO, Hebe Maria. **Ao sul da história. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MATTOS, Hebe Maria. A vida política. In: SCHWARTZ, Lilia Moritz. (coord.) **História do Brasil Nação. Volume 3. A abertura para o mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva; Madrid: Fundación Mapfre, 2012.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013 (3ª edição).

MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. **Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010 [original de 1964].

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. 'Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? – O pós-abolição no ensino de História'. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. **Congrés International des Américanistes**, 42, Paris 2-9, setembro 1976. pp. 305-315.

PATARRA, Neide L. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: FAUSTO, Boris (Org.) **História geral da civilização brasileira: economia e cultura (1930-1964)**, v. 11, 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Tomo III, p. 305-333.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIOS, Ana L. Filhos e netos da última geração de escravos e as diferentes trajetórias do campesinato negro. In: _____. e MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, Ana L. Campesinato negro no período pós-Abolição: repensando *Coronelismo, enxada e voto*. In: **Cadernos IHU Ideias**. v. 5, n. 76 (2007) p. 1-19.

RIOS, Ana Lúgão e MATTOS, Hebe. **Memórias do cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, Ana L. e MATTOS, Hebe Maria. Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-Abolição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; e GOMES, Flávio dos Santos. **Quase-cidadão. Histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SANTANA, Charles D'Almeida. **Fatura e Ventura camponesas. Trabalho, cotidiano e migrações. Bahia: 1950-1980**. São Paulo: AnnaBlume, 1998.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos – Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Rebecca. **Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre 1860-1899**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

SLENES, Robert. Histórias do Cafundó. In: VOGT, Carlos e FRY, Peter. **Cafundó. A África no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras e Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SLENES, Robert. **Na Senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. The Grid of Inheritance: A Comment. In: GOODY, Jack; THIRSK, Joan; e THOMPSON, Edward Palmer. **Family and Inheritance. Rural Society in Western Europe, 1200-1800**. Cambridge: Cambridge University Press, Past and Present Society, 1976, pp. 328-360.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a, pp. 150-202.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. “Na qualidade de vizinha que era”: solidariedade vicinal entre os camponeses das localidades de Aguapés e Barranceira através de processos criminais. Conceição do Arroio, RS, República Velha. In: ALVES, Clarissa de L. S. e MENEZES, Vanessa T. **Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias**. Porto Alegre: CORAG, 2011.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Relações vicinais de camponeses negros entre si e com fazendeiros brancos analisadas através de processos criminais: antiga fazenda do Morro Alto, litoral norte do estado do Rio Grande do Sul, 1901-1932. In: **Revista Observatório Quilombola, Dossiê Abolição e pós-Abolição**. Ano 1, número 1. Disponível *on-line*: <<http://www.koinonia.org.br/oq/artigos-detalmes.asp?cod=12060>>.2012.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Sr. Sidão Manoel Inácio e a conquista da cidadania: o campesinato negro do Morro Alto e a República que foi. In: **Revista Brasileira de História**. vol.35 n.69. São Paulo: ANPUH, jan/jun. 2015. Disponível em: <http://anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=1545>. 2015a.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Felisberta e sua gente. Consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015b

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os camponeses do Morro Alto. Família e trabalho no litoral norte do Rio Grande do Sul no pós-Abolição (1890-1930)**. (no prelo).

WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)**. São Paulo: HUCITEC, 1998.